

Governo emite nota lamentando alta da “prime”

Brasília — Após uma reunião no Palácio do Planalto entre os Ministros da Fazenda, Relações Exteriores e Planejamento, foi emitida uma nota lamentando a elevação de meio ponto percentual da **prime rate** (taxa preferencial de juros americana), na última segunda-feira.

— Esperamos que as autoridades do Governo dos Estados Unidos e os próprios bancos americanos reflitam conscientemente sobre os reflexos altamente negativos que essa medida terá sobre a economia desses países e adotem providências capazes de revertê-la e evitar sua repetição”, diz a nota.

Divulgada no início da noite, simultaneamente pelo Itamarati e o Ministério da Fazenda, a nota dos três Ministros reitera “o chamamento ao diálogo” entre países devedores e credores, tal como foi proposto na semana passada na reunião de Cartagena, Colômbia, entre os 11 países com as maiores dívidas de América Latina.

Os Ministros brasileiros, “refletindo o espírito da reunião de Cartagena”, afirmam na nota que a elevação da taxa de juros, por parte de alguns bancos privados americanos, agrava a situação econômica dos devedores, “sobrecarregados com pesados ônus decorrentes da recessão econômica mundial, solapando, dessa forma, o grande esforço que esses países vêm realizando para reajustar suas economias, equilibrar o balanço de pagamentos e superar a crise”.

Em outro pronunciamento, o Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, disse que a alta da **prime** foi uma “demonstração de insensibilidade e incoerência dos países credores, que estão matando a galinha dos ovos de ouro que são as nações devedoras”.

Foi satisfatória a execução da 5ª Carta de Intenção assinada com o FMI no primeiro semestre de 1984. De acordo com o Secretário de Planejamento, José Arantes Savasini, a principal meta do acordo — o crédito interno líquido (base monetária menos reservas internacionais) — vai fechar o semestre com um superávit da ordem de Cr\$ 800 bilhões a Cr\$ 1 trilhão.

Acordo na CEE

Fontainebleau, França — A Comunidade Econômica Européia conseguiu superar ontem mais de quatro anos de divergências com um acordo que reduz a contribuição da Inglaterra ao orçamento da instituição. A disputa ameaçava o bloco de 10 nações da Europa Ocidental de colapso econômico e financeiro. A CEE é o maior parceiro comercial do Brasil.

A Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher, cuja firmeza frustrou as oportunidades anteriores de entendimento, classificou de “bom acordo” os mecanismos obtidos na conferência de Fontainebleau. A Inglaterra conseguiu uma redução de 800 milhões de dólares em sua contribuição este ano.